

Demonstrações Financeiras

UFV Três Marias S.A.

31 de dezembro de 2023

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023.....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	11
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	14
4. IMOBILIZADO.....	14
5. FORNECEDORES.....	15
6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	15
7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	16
8. RECEITA LÍQUIDA.....	18
9. CUSTOS E DESPESAS.....	19
10. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	19
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	20
12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	21
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	44

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A UFV Três Marias S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A UFV Três Marias

A UFV Três Marias S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da sociedade de economia mista Cemig Geração e Transmissão S.A., regida por Estatuto Social e pelas Leis 6.404/1976, 13.303/2016 e demais legislação e regulamentação aplicáveis.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social é de R\$6.819 mil representado por 6.819.493 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT”).

DESEMPENHO OPERACIONAL

Resultado do exercício

A Companhia apurou um lucro líquido do exercício de R\$819 mil em 2023.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização – Lajida

Em 2023, o Lajida da Companhia foi de R\$1.005 mil e a margem do Lajida foi de 90,54% no mesmo período, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ mil	2023
Resultado Líquido		819
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social		63
Resultado financeiro		(81)
Depreciação e amortização		204
Lajida conforme “Resolução CVM 156” (1)		1.005

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Receita operacional

A receita bruta operacional foi de R\$1.152 mil em 2023.

A receita da Companhia é proveniente de aluguel e arrendamento de terrenos e equipamentos.

A Companhia desenvolveu e implantou no imóvel uma planta solar fotovoltaica com potência de 1,954 MWp (doravante denominada “Usina”), constituída de equipamentos fotovoltaicos geradores de energia elétrica, redes de distribuição de energia elétrica e todo e qualquer equipamento necessário para a implantação de Sistemas de Geração de Energia Elétrica (“SGEE”), para fins de geração de energia elétrica destinada à compensação de energia, na modalidade geração distribuída, em conformidade com a Resolução Normativa nº 482/2012 da Aneel, conforme alterada e da Lei n. 14.300/2022.

Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$309 mil em 2023, sendo compostos principalmente, por depreciação, amortização e serviços de terceiros. Mais informações na nota explicativa nº 9.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro em 2023 foi de R\$81 mil, sendo composto, principalmente, da renda de aplicação financeira. Mais informações na nota explicativa nº 10.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2023, a Companhia apurou o montante de R\$63 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social. Mais informações na nota explicativa nº 11.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária - AGO a ser realizada em 2024, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2023, no montante de R\$819 mil:

- R\$41 mil para constituição de reserva legal;
- R\$389 mil referentes aos dividendos mínimos obrigatórios e
- R\$389 mil referentes a dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos ao acionista até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de colaboradores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2023
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.693
Arrendamentos a receber		266
Despesas antecipadas		49
TOTAL DO CIRCULANTE		5.008
NÃO CIRCULANTE		
Direito de uso		143
Imobilizado	4	41.617
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		41.760
ATIVO TOTAL		46.768

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2023
CIRCULANTE		
Fornecedores	5	75
Dividendos a pagar	7	389
Passivo de arrendamento		12
TOTAL DO CIRCULANTE		476
NÃO CIRCULANTE		
Impostos, taxas e contribuições	6	42
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	42
Passivo de arrendamento		133
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		217
TOTAL DO PASSIVO		693
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7	
Capital social		6.819
Adiantamento para futuro aumento de capital		38.826
Reservas de lucros		430
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		46.075
PASSIVO TOTAL		46.768

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023
RECEITA LÍQUIDA	8	1.110
CUSTOS	9	
Custos de operação		(237)
		(237)
LUCRO BRUTO		873
DESPESA OPERACIONAL	9	
Despesas gerais e administrativas		(19)
Outras despesas		(53)
		(72)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		801
Receitas financeiras	10	93
Despesas financeiras	10	(12)
		81
Resultado Antes dos Impostos		882
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	11b	(21)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11b	(42)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		819

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO	819
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	819

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de Retenção de Lucros		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	-	-	-	-	-	-
Capital Social	6.819	-	-	-	-	6.819
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	38.826	-	-	-	38.826
Resultado do Exercício					819	819
Destinação do resultado proposta à AGO:						
Reserva Legal	-	-	41	-	(41)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(389)	(389)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	389	(389)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	6.819	38.826	41	389	-	46.075

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício		819
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido	11	63
Depreciação e amortização	9	204
Juros incorridos de arrendamentos		8
		1.094
(Aumento) Redução de Ativos		
Arrendamentos a receber		(266)
Despesas antecipadas		(49)
		(315)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	5	75
Impostos, taxas e contribuições		42
		117
Caixa gerado pelas atividades operacionais		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(21)
Juros pagos de arrendamentos		(4)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
		871
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
No Imobilizado	4	(34.999)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
		(34.999)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Arrendamentos pagos		(5)
Adiantamento para futuro aumento de Capital	7d	38.826
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
		38.821
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício	3	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO		
	3	4.693

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A UFV Três Marias S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da sociedade de economia mista Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”), com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Barbacena, 1200, 9º Andar, Santo Agostinho, CEP 30190-131.

A sociedade tem por objetivos principais a instalação, operação, manutenção e aluguel de plantas solares, além de estar habilitada para participar e/ou administrar a constituição de consórcios, cooperativas ou condomínios de consumidores de energia elétrica, nos termos da Lei 14.300/22.

A UFV Três Marias S.A. explora um empreendimento classificado como minigeração, com potência de 2,5 MW, na cidade de Três Marias/MG. O empreendimento é subdividido em três unidades de geração distintas. Duas destas unidades, ambas de 1,0 MW, estão arrendadas pela Cemig Sim para compensação de energia de seus clientes. A outra unidade, de 0,5 MW, é utilizada para compensação de faturas de energia da Cemig GT.

A conexão desta central de geração fotovoltaica se deu em dezembro de 2021 e é regida pelos Acordos Operativos de números 1137707644, 1137707987 e 1137708254. A energia gerada é entregue na rede da Cemig Distribuição em 13,8 kV.

O empreendimento, composto por 5.040 módulos fotovoltaicos e 20 inversores de 125 kW do fabricante Sungrow, possui estrutura de automação capaz de prover à instalação a supervisão e o controle pelo Centro de Operação do Sistema – COS Cemig.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela Aneel, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 30 de julho de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme detalhado na nota explicativa 13.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos); e

- Nota 13 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos).

2.6 Redução ao Valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 1º de janeiro de 2023 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Descrição da alteração
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	A Companhia adotou as alterações à CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis	A Companhia adotou as alterações à CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis, julgando a materialidade delas.
CPC 32 – Tributos sobre o lucro	A Companhia adotou as alterações à CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos. A Companhia já havia contabilizado o imposto diferido sobre arrendamentos, resultando em um efeito semelhante ao das alterações propostas. Sendo assim, não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia, estando o efeito dessa adoção relacionado apenas à apresentação de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Início da vigência
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.	01/01/2024
CPC 06 – Arrendamentos – Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	<p>Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i>, que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda.</p> <p>As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início.</p> <p>As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais no CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.</p>	01/01/2024

2.7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

Adicionalmente, a Companhia adotou a alteração ocorrida no CPC 26 a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações estabelecem a divulgação das políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. Não houve nenhum impacto nas políticas contábeis adotadas pela Companhia, tendo afetado apenas a divulgação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	2023
Banco conta movimento	53
Aplicações financeiras	
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	4.640
	4.693

Os **Certificados de Depósitos Bancários – CDBs** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que foi de 99% em 31 de dezembro de 2023, conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

Estão divulgados na nota explicativa nº 13 a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e as práticas contábeis materiais.

4. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2023		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Em Serviço		7.132	(514)	6.618
Terrenos, Obras Civis, Benfeitorias e Edificações	2,67	863	(33)	830
Máquinas e Equipamentos	5,33	6.269	(481)	5.788
Em Curso		34.999	-	34.999
Total		42.131	(514)	41.617

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A) (1)	Outros (B) (2)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) + (B)	Depreciação	Valor Líquido em 31/12/2023
Em Serviço			7.132	7.132	7.132	(514)	6.618
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	863	863	863	(33)	830
Máquinas e Equipamentos	-	-	6.269	6.269	6.269	(481)	5.788
Em Curso	-	34.999	-	34.999	34.999	-	34.999
Total	-	34.999	7.132	42.131	42.131	(514)	41.617

- (1) Em 2023, a Companhia recebeu aporte no montante de R\$32.397 em dinheiro da Cemig GT, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, para implantação do Complexo de Usinas Fotovoltaicas Flutuantes de Geração Distribuída Três Marias GD 78 MWp (“UFV Trés Marias GD”)
- (2) Em 2023, a Companhia recebeu da Cemig GT aporte de ativos imobilizados no montante de R\$6.819 com o objetivo de viabilizar a operação da usina fotovoltaica UFV Trés Marias com potência instalada de 1,5MW.

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2023 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. A taxa média de depreciação em 2023 é de 5,01%.

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, quando incorridas.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos ativos.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

5. FORNECEDORES

	2023
Circulante	
Materiais e serviços	75
Total	75

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2023
Não circulante	
Cofins diferido	35
PIS/Pasep diferido	7
	42
Total do passivo	42

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$6.819 mil, constituído por 6.819 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Aneel.

b) Reservas

Reservas de Lucros

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucro	2023
Reserva Legal	41
Reserva de Retenção de Lucros	389
	430

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

c) Dividendos

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma legal, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2023
Dividendos obrigatórios	
Resultado do exercício	819
Reserva legal	(41)
	778
Dividendos propostos	
Dividendos obrigatórios	389
Dividendos adicionais propostos	389
Total dos dividendos	778

d) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Em 2023, a Cemig GT efetuou aporte no montante de R\$38.826 mil, a título de AFAC, sendo:

- R\$32.397 mil, em dinheiro, para implantação do Complexo de Usinas Fotovoltaicas Flutuantes de Geração Distribuída Três Marias GD 78 MWp (“UFVF Três Marias GD”);
- R\$6.429 mil, em dinheiro, para implantação das UFV GD Arapuá, UFV GD Sol Central e UFVF Rio Manso.

O referido AFAC, possui natureza irrevogável e irretroatável, não sendo passível de devolução ao acionista da Companhia.

e) Destinação do Resultado de 2023 - Proposta da Administração

Destinação do Resultado de 2023 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária - AGO a ser realizada em 2024, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2023, no montante de R\$819 mil:

- R\$41 mil para constituição de reserva legal;
- R\$389 mil referentes aos dividendos mínimos obrigatórios; e
- R\$389 mil referentes a dividendos adicionais propostos.

f) Movimentação dos dividendos obrigatórios

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Proposta de dividendos obrigatórios	389
Saldo em 31 de dezembro de 2023	389

8. RECEITA LÍQUIDA

	2023
Arrendamentos e aluguéis	1.152
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (a)	(42)
Receita líquida	1.110

a) Tributos e encargos incidentes sobre as receitas

	2023
Cofins	34
PIS/Pasep	7
	42

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

9. CUSTOS E DESPESAS

A composição dos custos e despesas é conforme segue:

	Custos de operação	Despesas gerais e administrativas	Total 2023
Materiais	4	-	4
Serviços de terceiros (a)	23	19	42
Depreciação	201	-	201
Amortização	3	-	3
Seguros	-	57	57
Outros custos	6	-	6
	237	72	309

a) Serviços de terceiros

	2023
Manutenção e conservação de instalações	12
Conservação e limpeza de prédios	17
Meio ambiente	8
Outros	5
	42

10. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023
Receitas Financeiras	
Renda de aplicação financeira	93
	93
Despesas Financeiras	
Outras despesas financeiras	(12)
	(12)
Resultado financeiro	81

Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

	2023
Imposto de Renda	28
Contribuição Social	14
Total do passivo	42

b) Conciliação do Imposto de renda e Contribuição Social no resultado

	2023	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações	73	73
Base de Cálculo - Lucro Presumido	73	73
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	11	7
Adicional (10% sobre valor superior a R\$240)	3	-
IR e CS - Lucro Presumido	14	7
Rendas de Aplicações	93	93
Renda de aplicações resgatadas	73	73
Rendas de aplicações não resgatadas	20	20
Alíquota	25%	9%
	5	2
Receita por competência (receita diferida)	1.152	1.152
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo	92	138
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	23	12
Corrente	14	7
Diferido	28	14

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2023	
		Valor Contábil	Valor Justo
Ativos			
Custo amortizado			
Arrendamentos a receber		266	266
Valor justo por meio do resultado			
Equivalentes de Caixa - Aplicações financeiras	2	4.640	4.640
		4.906	4.906
Passivos			
Custo amortizado			
Fornecedores		(75)	(75)
Passivo de arrendamento		(339)	(339)
		(414)	(414)

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2023.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: mensuradas a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus clientes. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores é conforme segue:

	Até 1 mês	Total
Fornecedores	75	75

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros. Encontram-se nessa categoria os seguintes ativos e passivos financeiros:

- Arrendamentos a receber;
- Fornecedores; e
- Passivo de arrendamento;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George Magalhães
Diretor- Presidente, em exercício

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-O4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da UFV Três Marias S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31-12-2023, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente às suas aprovações pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2024.

Nelson Tamietti

Paulo Roberto de Brito Mosqueira